

ATO CONTRA A REDUÇÃO DA IDADE PARA A RESPONSABILIDADE PENAL

Diante das contradições no campo social-jurídico-pedagógico, colocada mais uma vez para a sociedade, em torno da redução da idade na responsabilização penal, representantes de setores da área da infância, convocam um evento, em que serão ouvidas personalidades dos diversos segmentos da sociedade, comprometidas com o ordenamento jurídico e com a realidade social e política do povo brasileiro.

Nesse momento a reflexão, da mudança de hábitos e costumes, que trouxe novos atores para o campo jurídico, emergentes do Estatuto da Criança e Adolescentes (ECA) – fato que coloca o Brasil como povo inovador na aplicação do Novo Direito da Criança e do Adolescente, nas relações humanas e na reorganização do estado moderno, servindo de paradigma para outros países.

Feitas essas considerações, a eficácia na aplicação da lei é o objetivo perseguido. Hoje elaboram-se críticas às crianças e aos adolescentes e ao direito da infância e da juventude sem que esteja aplicando-se, plenamente, o Estatuto. Tentar-se mudar o que ainda não foi adequado. O povo e as autoridades mostram-se indignados, com a realidade do antigo Código do Menor e com os antigos maus hábitos da sociedade, aplicados no status quo da Febem, que detém 53% dos meninos e meninas em regime de contenção do país, e de sua realidade, que está fundada nas leis de 1973, 1976 e 1981, anteriores a Constituição de 1988 e do ECA 1990. E ainda, o oportunismo da mídia em eleger os jovens como os agentes de toda violência gerada hoje no país, formando opinião e produzindo revolta, omitindo-se de fazer um profundo debate que poderá revelar a verdadeira chaga deste país.

CONVIDAMOS

Os senhores a contribuir nessa discussão em que proporcionará o diálogo com a sociedade, buscando trazer uma melhor compreensão da realidade em que está inserido o jovem e especialmente o adolescente em conflito com a lei.

Estarão presentes: Dr. Hélio Bicudo (membro da Corte Interamericana de Direitos Humanos), Prof. Dalmo de Abreu Dallari (Prof. de Direito do Lgo. São Francisco – USP), Oscar Vilhena (Secretário Executivo do Ilanud), Dep. Renato Simões (Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo), Dr. Clilton Guimarães dos Santos (Promotor das Vara da Infância e Juventude de São Paulo), Vereadora Aldaiza Sposati Membros do Ministério Público, Membros do Judiciário, Membros da OAB, Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente- SP, Conselho Estadual de Defesa da Pessoa Humana-SP, Conselho Tutelares da Cidade de São Paulo, entre outros.

DATA: 14/12/99 às 17 hs - Câmara Municipal Salão Plenarinho

Debate: "A situação da adolescência em São Paulo, as propostas e perspectivas para a FEBEM"

Participantes: Dra. Miriam Veras Baptista (NTC-PUC); Pe. Lúcio Lancelotti; Dr. Clilton Guimarães e Solimar Carneiro (Geledés)

DATA: 15/12/99 das 9hs às 12hs - ATO

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo - Viaduto Jacareí, 100 Salão Nobre

Organização:

Movimento do Ministério Público Democrático (MPD), ECA em Revista, AMAR (Associação de Mães e Amigos da Criança e do Adolescente em Risco), MNMMR (Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua), Associação Beneficente Santa Fé, CÔNDEPH, IADES, Associação Beneficente São Camilo e Fundação Projeto Travessia.

INFORMAÇÕES:

233-480/ 9938-7345 (Dr. Clilton), 9915-5919 ECA em Revista (Lourival), 6581-0048 MNMMR (João de Deus) e 263-8900/ 9328-9254 (Givanildo)

ATO CONTRA A REDUÇÃO DA IDADE PARA A RESPONSABILIDADE PENAL

DATA: 15/12/99 das 9hs às 12hs

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo - Salão Nobre - Viaduto Jacareí, 100

Diante das contradições no campo social-jurídico-pedagógico, colocada mais uma vez para a sociedade, em torno da redução da idade na responsabilização penal, representantes de setores da área da infância, convocam um evento, em que serão ouvidas personalidades dos diversos segmentos da sociedade, comprometidas com o ordenamento jurídico e com a realidade social e política do povo brasileiro.

Nesse momento a reflexão, da mudança de hábitos e costumes, que trouxe novos atores para o campo jurídico, emergentes do Estatuto da Criança e Adolescentes (ECA) – fato que coloca o Brasil como povo inovador na aplicação do Novo Direito da Criança e do Adolescente, nas relações humanas e na reorganização do estado moderno, servindo de paradigma para outros países.

Feitas essas considerações, a eficácia na aplicação da lei é o objetivo perseguido. Hoje elaboram-se críticas às crianças e aos adolescentes e ao direito da infância e da juventude sem que esteja aplicando-se, plenamente, o Estatuto. Tentar-se mudar o que ainda não foi adequado. O povo e as autoridades mostram-se indignados, com a realidade do antigo Código do Menor e com os antigos maus hábitos da sociedade, aplicados no status quo da Febem, que detém 53% dos meninos e meninas em regime de contenção do país, e de sua realidade, que está fundada nas leis de 1973, 1976 e 1981, anteriores a Constituição de 1988 e do ECA 1990. E ainda, o oportunismo da mídia em eleger os jovens como os agentes de toda violência gerada hoje no país, formando opinião e produzindo revolta, omitindo-se de fazer um profundo debate que poderá revelar a verdadeira chaga deste país.

CONVIDAMOS

Os senhores a contribuir nessa discussão em que proporcionará o diálogo com a sociedade, buscando trazer uma melhor compreensão da realidade em que está inserido o jovem e especialmente o adolescente em conflito com a lei.

Estarão presentes: Dr. Hélio Bicudo (membro da Corte Interamericana de Direitos Humanos), Prof. Dalmo de Abreu Dallari (Prof. de Direito do Lgo. São Francisco – USP), Oscar Vilhena (Secretário Executivo do Ilanud), Dep. Renato Simões (Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo), Dr. Clilton Guimarães dos Santos (Promotor das Vara da Infância e Juventude de São Paulo), Vereadora Aldaíza Sposati Membros do Ministério Público, Membros do Judiciário, Membros da OAB, Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente- SP, Conselho Estadual de Defesa da Pessoa Humana-SP, Conselho Tutelares da Cidade de São Paulo, entre outros.

DATA: 15/12/99 das 9hs às 12hs

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo - Viaduto Jacareí, 100 Salão Nobre

ORGANIZAÇÃO:

Movimento do Ministério Público Democrático (MPD), ECA em Revista, AMAR (Associação de Mães e Amigos da Criança e do Adolescente em Risco), MNMMR (Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua), Associação Beneficente Santa Fé, CONDEPH, IADES – Instituto de Análises sobre o Desenvolvimento Econômico-Social; Associação Beneficente São Camilo e Fundação Projeto Travessia.

INFORMAÇÕES:

233-480/ 9938-7345 (Dr. Clilton), 9915-5919 ECA em Revista (Lourival), 6581-0048 MNMMR (João de Deus) e 263-8900/ 9328-9254 (Givanildo); Cacilda – IADES 3023-1051

